



## ***Programa de Privatizações em curso em Angola***

O Governo angolano, através de um decreto presidencial publicado no passado dia 5 de Agosto, aprovou um Programa (denominado ProPriv) que visa a privatização de 195 empresas públicas até 2022. Das 195 empresas, 32 estão classificadas como empresas de referência nacional em sectores como os recursos mineiros e petróleo, telecomunicações e tecnologias de informação, transportes, finanças, agricultura e indústria. Com este Programa, o Governo pretende reduzir a participação do Estado na economia e estimular a iniciativa privada...

Novembro de 2019

## Peso do sector empresarial do Estado na economia angolana

Historicamente, o Estado angolano tem assumido um papel chave no investimento realizado no país, investindo em diversas actividades produtivas e acumulando significantes activos. Os activos das 70 empresas detidas pelo Estado e geridas pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) equivalem hoje a 78% do PIB angolano, de acordo com o relatório “Criação de Mercados em Angola” do Banco Mundial, publicado em Maio de 2019. A empresa com maior dimensão é a Sonangol, cujas receitas e activos representam 25% e 40% do PIB angolano, respectivamente. Apesar da implementação de diversos processos de privatizações desde os anos 90, o peso das empresas detidas pelo Estado na economia angolana ainda é muito significativo, sendo cerca de 5 vezes superior à média dos países da África Subariana.

As empresas detidas pelo Estado estão presentes não só em áreas tradicionais de intervenção pública (como o fornecimento de electricidade e água), mas também em sectores comerciais, nos quais se destacam a agricultura, os transportes, a construção e a banca. A situação financeira destas empresas é, de modo geral, frágil e tem-se deteriorado ao longo dos anos. De acordo com o relatório do Banco Mundial, o sector empresarial do Estado, impulsionado pela Sonangol, foi rentável no passado, mas com a quebra de receitas da petrolífera apresentou prejuízos de USD 140 milhões em 2016 (se se excluir a Sonangol os prejuízos são de USD 221 milhões em 2016).

Tanto a frágil situação financeira das empresas detidas pelo Estado, como o reconhecimento que o peso destas empresas no sector produtivo é excessivo, e que está a prejudicar o crescimento económico do país, são factores que justificam a implementação deste programa de privatizações.

### Privatizações: conceito, vantagens e desvantagens

Entende-se como privatização a transferência de propriedade do Estado para o sector privado de empresas públicas ou de capital social de outras empresas detidas pelo Estado.

Associadas às privatizações estão diversas vantagens económicas, destacando-se as seguintes:

- 1. Aumento da produtividade.** Tornam, geralmente, as empresas mais eficientes e mais produtivas, uma vez que actuando com vista ao lucro, as empresas tendem a realizar mais investimentos (em novas tecnologias, por exemplo) e a cortar custos não necessários de um modo mais efectivo;
- 2. Melhoria do défice fiscal e amortização da dívida.** As privatizações, supondo que essas empresas se tornam mais eficientes, ao aumentar o valor acrescentado de um país traduzem-se numa maior fonte de receitas fiscais e em menores despesas do Estado. As receitas das privatizações também podem ser usadas para realizar amortizações da dívida pública, poden-

do contribuir para uma maior sustentabilidade da mesma;

- 3. Mercados mais concorrenciais.** Permitem aumentar a concorrência nos mercados, sobretudo quando se trata de privatizações de monopólios e as mesmas são acompanhadas por uma política de desregulação (exceptuando raras excepções como os monopólios naturais, de que é exemplo a oferta de água canalizada), o que se traduz em benefícios para os consumidores;
- 4. Mais investimento.** Incentivam a entrada de investimento estrangeiro;
- 5. Menos dependência face ao exterior.** A longo prazo, com o aumento de produção esperado, contribuem para reduzir a dependência de importações.

Por outro lado, as privatizações também têm associados aspectos menos positivos e que requerem uma adaptação da economia ou uma gestão adequada por parte do Estado, destacando-se:

- 1. Aumento temporário da taxa de desemprego.** A possibilidade de haver despedimentos, uma vez que as privatizações são geralmente acompanhadas de um plano de reestruturação das empresas;
- 2. Aumento do repatriamento dos lucros para o exterior.** A transferência dos rendimentos gerados pelas empresas para outros países em vez de serem reinvestidos no território, o que tende a acontecer quando se tratam, sobretudo, de investidores estrangeiros;
- 3. Aumento dos preços e da vulnerabilidade dos consumidores.** A produção das empresas públicas pode por vezes ser subsidiada pelo Estado de forma a ser disponibilizada aos consumidores a preços mais baixos, podendo a sua privatização traduzir-se em preços mais elevados para os consumidores. A privatização de empresas de interesse público (como por exemplo, empresas do sector da educação ou da saúde) ou que se encontrem numa situação de monopólio natural (fornecimento de água ou de energia, por exemplo), sem que se efectue uma regulação ou subsidiação adequada, pode deixar os consumidores em situação de vulnerabilidade e dependentes dos interesses privados;
- 4. Aumento da procura por moeda estrangeira.** Com a implementação do programa de privatizações a procura por moeda estrangeira tenderá a aumentar, seja devido à transferência dos resultados gerados pelas empresas ou pela necessidade de importação de bens usados no processo produtivo, colocando maior pressão sobre o mercado cambial. Apesar da pressão sobre o mercado cambial, este Programa exige uma liberalização do mesmo de forma a haver confiança no país por parte dos investidores estrangeiros.

### **Programa de privatizações (ProPriv) do Governo angolano**

De acordo com o ProPriv, as privatizações das 195 empresas públicas angolanas vão ser realizadas através dos seguintes mecanismos: concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação (175 empresas), oferta pública inicial (9 empresas) ou leilão em bolsa (11 empresas). A calendarização do programa aponta para a privatização de 80 empresas em 2019, 91 empresas em 2020, 20

empresas em 2021 e 4 empresas em 2022.

Para além das 32 empresas classificadas como empresas de referência nacional, o programa também classifica 50 empresas como empresas participadas e activos da petrolífera estatal Sonangol, 51 unidades industriais da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo e as restantes 62 como outras empresas e activos.

Das empresas de referência nacional em que o Estado detém a totalidade do seu capital destacam-se a petrolífera Sonangol, a transportadora área nacional TAAG, a Angola Telecom, os Correios de Angola, a Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA), a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), o Banco de Comércio Indústria e a Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BODIVA).

Entre empresas de referência nacional, destaca-se ainda a privatização das participações do Estado na operadora Unitel, no Banco Económico, no Banco Angolano de Investimentos (BAI), na Caixa Geral de Angola (BCGA) e na cimenteira Nova Cimangola (ver na tabela 1 todas as empresas de referência nacional incluídas no programa).

Este programa surge no âmbito do relançamento do sector privado e da reforma das finanças públicas do país, procurando reduzir a participação do Estado na economia como produtor directo de bens e serviços, aumentar a eficiências das empresas e garantir um encaixe de receitas públicas. Ao reduzir o peso do sector empresarial público na economia, o Estado pretende reforçar a sua posição de agente regulador e coordenador da actividade económica desenvolvida a nível do território nacional. De acordo com a visão delineada, o papel do governo na promoção de condições favoráveis à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro ganha relevância. Neste contexto, a estabilização macroeconómica em curso é essencial para melhorar o ambiente de negócios em Angola e atrair investidores.

Como referenciado, as privatizações de empresas de determinados sectores e em determinadas condições podem colocar os consumidores em situação de vulnerabilidade. O ProPriv salvaguarda esta situação, sendo referido no programa que "houve a exclusão de determinadas empresas do programa, pelo facto do seu sector de actividade ainda ser considerado estratégico para o Estado". De acordo com o programa, no sector da Energia e Águas, que tem um impacto directo na vida das pessoas, apenas está prevista a privatização de uma empresa, mas o Governo admite a possibilidade de se estabelecer contratos de cessão de direitos de exploração e de gestão de empresas do sector, o que exigirá a regulação das suas actividades por parte do Governo.

Com base no programa apresentado, as receitas arrecadadas com as privatizações destinam-se ao financiamento da economia, nomeadamente através do "financiamento de programas que sirvam

o desenvolvimento económico e social do país, com particular incidência ao fomento do sector produtivo <sup>1</sup>. O Governo ainda não tem uma estimativa do valor total que poderá arrecadar com estas privatizações. Na privatização de cinco unidades industriais da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo realizada recentemente o Estado angolano obteve cerca de USD 16 milhões, um valor ligeiramente abaixo das expectativas iniciais, de acordo com a gestão do processo. Ainda este ano, numa segunda fase, devem ser alienadas 23 unidades industriais da ZEE Luanda-Bengo.

### **Impactos macroeconómicos do programa de privatizações**

É esperado que o ProPriv capte investimento directo estrangeiro (IDE) diversificado para Angola, contrariamente ao que tem acontecido. Historicamente, o IDE tem-se concentrado sobretudo nos sectores do petróleo e do gás. A captação de investimento estrangeiro é essencial para uma execução bem-sucedida do Programa, uma vez que nos últimos anos a entrada de moeda estrangeira diminuiu levando a constrangimentos sérios no sector não petrolífero, nomeadamente no acesso a bens e matérias-primas apenas disponíveis no exterior. Contudo, espera-se algumas dificuldades na captação de IDE devido à falta de confiança dos investidores no país, o que conjuntamente com o actual contexto de recuperação económica poderá levar ao adiamento de alguns processos e a vendas por valores abaixo das expectativas.

Como já referido, as primeiras expectativas de receitas com as privatizações não foram cumpridas, o que poderá indicar que o potencial de receitas expectável a arrecadar será menor devido, essencialmente, aos seguintes factores:

1. Sobreavaliação inicial das empresas inseridas no ProPriv;
2. Falta de empresários/empresas nacionais com capacidade para investir no Programa;
3. Dificuldades criadas anteriormente ao IDE geram um sentimento de desconfiança nos investidores, o que acaba por os afastar;
4. Incerteza dos investidores internacionais quanto à capacidade de Angola para cumprir com o repatriamento dos capitais investidos e dos rendimentos do investimento, dada não existir qualquer garantia neste âmbito.

Este programa de privatizações é suficientemente extenso para ter impactos macroeconómicos relevantes, tanto no curto como no longo prazo, nomeadamente em variáveis como a produção, o emprego, o investimento, os preços e a produtividade.

No curto prazo, este processo de privatizações poderá traduzir-se numa redução do número de trabalhadores em algumas empresas e até da produção, devido aos mecanismos de protecção

---

<sup>1</sup> De acordo com a apresentação do Enquadramento Legal e Estratégico realizado no Seminário Metodológico sobre o Programa de Privatizações no dia 19 de Setembro de 2019.

sobre as Empresas Públicas menos competitivas existentes até aqui.

Contudo, o ProPriv é um programa muito amplo e objectivo e no qual se antevê potencial para incrementar a eficiência e a produtividade de empresas de diversos sectores de actividade. É relativamente consensual que um modelo de desenvolvimento económico assente na iniciativa privada tem capacidade para acelerar o crescimento, criar mais emprego e fomentar a dinâmica exportadora da economia a médio e a longo prazo, contribuindo para os objectivos de Angola de substituição de importações por produção nacional e de diversificação das exportações.

Com estas privatizações o Estado vai encaixar um montante significativo de receitas com um conjunto de activos que apresentam prejuízos e uma frágil situação financeira. O encaixe financeiro associado pode ser usado pelo Estado para dinamizar a capacidade produtiva e para amortizar a dívida. O uso destas receitas na amortização da dívida pode por um lado limitar os efeitos mais directos das privatizações na produção e na produtividade da economia, mas pode significar no futuro uma maior sustentabilidade da dívida, um alívio fiscal e uma redução dos encargos com juros, criando condições para um aumento do investimento. O uso das receitas das privatizações para amortizar dívida faz sentido do ponto de vista económico quando a rentabilidade dos activos empresariais do Estado é inferior aos juros da dívida emitida.

### **Empresas classificadas como sendo de referência nacional incluídas no ProPriv, por sector de actividade**

Sector Financeiro	
BCI	Banco Económico
ENSA	Banco Caixa Geral Angola
BAI	Bodiva
Sector Económico	
SD ZEE	
Sector Agro-Pecuário	
Aldeia Nova	
Sector Industrial	
Biocom	Secil do Lobito
Textang II	Cuca
SATEC	EKA
África Têxtil	Ngola
Nova Cimangola	
Sector da Construção Civil	

Sector Financeiro	
Mota Engil Angola	
Sector das Telecomunicações e TI	
MS Telecom	Unitel
Net One	Angola Cables
Angola Telecom	Multitel
TV Cabo Angola	ENCTA
Sector dos Recursos Minerais e Petróleo	
Sonangol	Endiama
Sonangalp	Technip Angola
OPS Production	OPS Serviços de Produção Petrolífera
Sonamet Industrial	Angofles Industrial
China Sonangol	Sonimech
Sector dos Transportes	
Sonair*	SGA (Enana)
TAAG	

\*só a parte relativa à asa fixa, mantendo-se a asa rotativa ao serviço da Sonangol

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autor da publicação:

Tiago Marques, Consultor Económico

Email: [tiago.marques@easypeople.co.ao](mailto:tiago.marques@easypeople.co.ao)

Relatório completo a 18 de Novembro de 2019, 17:00 (GMT+1)

Relatório divulgado a 25 de Novembro de 2019, 9:00 (GMT+1)

Este relatório é divulgado somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite [www.kbc.co.ao](http://www.kbc.co.ao)





## KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Este relatório de pesquisa foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

O relatório de pesquisa foi preparado de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequential, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste relatório de pesquisa.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração do relatório de pesquisa e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário deste relatório de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano.

Para mais informações visite [www.kbc.co.ao](http://www.kbc.co.ao)